

**EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS E AS NOVAS TENDÊNCIAS DAS
RELAÇÕES DE TRABALHO: O caso da Coopernorte**

**SOLIDARITY ECONOMIC ENTERPRISES AND NEW TRENDS OF LABOR RELATIONS:
The case of Coopernorte**

Cláudia Herrero Martins Menegassi, Dra.

Docente do Programa de Pós-Graduação em Gestão do Conhecimento, UniCesumar, Paraná
E-mail: claudia.menegassi@unicesumar.edu.br

Evandro José da Cruz Araújo, Me.

Docente de Administração, Faculdade Adventista Paranaense, Paraná
E-mail: evandrojose@hotmail.com

Rita Berardi, Dra.

Docente do Programa de Pós-Graduação em Gestão do Conhecimento, UniCesumar, Paraná
E-mail: rita.berardi@unicesumar.edu.br

Nelson Tenório Junior, Dr.

Docente do Programa de Pós-Graduação em Gestão do Conhecimento, UniCesumar, Paraná
E-mail: nelson.tenorio@unicesumar.edu.br

RESUMO

A dificuldade de inserção no mercado de trabalho se apresenta como um problema pujante no Brasil, tanto pela falta de emprego como pelos novos requisitos que surgem nesse mercado, como o dinamismo de executar várias tarefas, o comprometimento com a empresa e a capacidade de trabalhar em equipe são as novas tendências nas relações de trabalho, apontadas por autores. Da problemática de desemprego surgem os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), que visam criar alternativas de renda às pessoas nele inseridas, além de possuir uma cultura própria para as relações de trabalho. Mas estariam os EES atuando dentro dessas novas tendências das relações de trabalho? Por meio de um estudo realizado na Coopernorte – Cooperativa Norte de Maringá de Separadores e Separadoras de Materiais Recicláveis e Prestação de Serviços – observou-se que várias dessas tendências se fazem presentes e, apesar das dificuldades em atuá-las, elas são vistas como necessárias para o desenvolvimento da cooperativa.

ABSTRACT

The difficulty in entering the labor market is presented as a thriving problem in Brazil, both the lack of jobs and the new requirements that arise in this market, such as the dynamism of performing multiple tasks commitment to the company and the ability to work as a team are the new trends in labor relations, pointed out by the authors. Due to unemployment problem arise Solidary Economical Enterprises (SEE) which aim create alternative sources of income to those unemployed people. Furthermore, it has its own culture for labor relations. However, the SEE would be acting within these new trends of labor relations? Through a study in Coopernorte - Maringa North Cooperative separators of Recyclable Materials and Services - it was observed that several of these trends are present and, despite difficulties in apply it, they are seen as necessary for the development of cooperative.

1. INTRODUÇÃO

O processo de globalização da economia e a inovação tecnológica que o acompanha tem sido um agravante da situação de desemprego pela qual passa tantos países, sobretudo aqueles em desenvolvimento. O trabalho formal e a estabilidade nos empregos tornam-se situações mais raras (SINGER, 2000).

Se antes o profissional se preocupava em crescer em sua carreira dentro de um determinado local de trabalho, agora suas atenções se voltam à sua empregabilidade, ou seja, à capacidade que terá de conseguir um novo emprego caso seja demitido de sua ocupação atual (CODÓ; ANDRADE, TAMAYO, 1998).

Esta onda de instabilidade do emprego, de relações de trabalho tensas e da falta propriamente dita de emprego fez surgir a necessidade de caminhos alternativos à população que a fizesse ter condições de sobrevivência sem que isso dependesse da oferta de emprego pelo mercado. Dentre essas alternativas estão os empreendimentos da Economia Solidária (ES), também chamados empreendimentos econômicos solidários (EES). Codo, Andrade e Tamayo (1998) entrevêem que estamos numa fase onde começam a surgir novas tendências nas relações de trabalho e a Economia Solidária apresenta algumas dessas características.

O presente artigo, portanto, tem o objetivo de, com base no que estes autores – Codo, Andrade e Tamayo (1998) – entendem por novas tendências das relações de trabalho, analisar se essas tendências estão presentes nos EES, por meio de um estudo realizado em um desses empreendimentos. O artigo tem ainda o escopo de compreender como se dão as relações de trabalho no interior deste EES estudado e o que a inserção nessa atividade proporcionou na vida das pessoas engajadas. O estudo será realizado por meio de entrevistas e de trabalhos anteriores.

O artigo está, então, dividido nas seguintes sessões: inicialmente é feita a exposição do pensamento de Codo, Andrade e Tamayo (1998); em seguida é apresentada a Economia Solidária, compreendendo sua conceitualização e elegendo o tipo de EES que será estudado no trabalho; e, por fim, o estudo realizado na Coopernorte – Cooperativa Norte de Maringá de Separadores e Separadoras de Materiais Recicláveis e Prestação de Serviços – localizada na cidade de Maringá

2. AS NOVAS TENDÊNCIAS DAS RELAÇÕES DE TRABALHO NA VISÃO DE CODO, ANDRADE E TAMAYO (1998)

Um problema emergente nos países em desenvolvimento, dentre os quais também se encontra o Brasil, alvo de estudo do presente trabalho, é o desemprego. Ao mesmo tempo que se pensa em melhores condições e novas relações de trabalho, o desemprego, oriundo da política adotada pelo Brasil e também da globalização e das constantes inovações tecnológicas, é a questão mais urgente a ser tratada. O desemprego tem efeitos catastróficos na vida das pessoas, pois envolve desde a perda de renda com todas as suas conseqüências, até danos psicológicos e problemas nas relações familiares e com outras pessoas (SEN, 2000). Também as relações de trabalho, entretanto, tem grande importância e é sobre ela que se discutirá mais a fundo no presente artigo.

O desemprego há anos é fato no Brasil e o chamado exército industrial de reserva – massa de trabalhadores que buscam emprego – é condição para a sobrevivência da política econômica neoliberal na qual o país está inserido. Segundo as idéias neoliberais, a economia deveria crescer mesmo se para isto fosse necessária uma taxa natural de desemprego, para que o exército industrial de reserva pressionasse os salários para baixo. Além disso, o Estado deveria conter os gastos com o bem-estar e fazer uma reforma fiscal que significaria redução de impostos sobre os rendimentos mais altos e sobre a renda e sua atuação deveria se limitar a isto. Aumentaria, assim, o lucro dos empresários, o que serviria de fomento à produção na forma de investimento, gerando um novo ciclo de crescimento que, dependendo do nível das inovações tecnológicas, aumentaria o nível de emprego (ANDERSON, 1998).

Porém, ao longo da história essa política econômica, que deveria significar crescimento, inicialmente, para depois se tornar também desenvolvimento, não completou seu ciclo. Houve crescimento, mas com uma forte concentração de renda, o que estagnou o processo, não chegando assim ao desenvolvimento, que envolve não apenas bons indicadores, mas melhorias na parte social.

É evidente, portanto, que, nestes moldes, o neoliberalismo acabará levando o sistema capitalista ao colapso, uma vez que este sistema está plenamente ligado ao consumo e pessoas com baixa ou nenhuma renda não são propensas a consumir. Os princípios de acumulação são exatamente o ponto de estrangulamento do sistema, por meio das desigualdades sociais que ele mesmo causa.

Em meio a toda esta problemática de desemprego, também as pessoas empregadas encontram-se em situação de instabilidade. Por outro lado, o próprio mercado e as necessidades dos empresários e trabalhadores estão criando novas relações de trabalho, as quais Codo, Andrade e Tamayo (1998) denominam as novas tendências das relações de trabalho. Mas para se chegar a esta análise, todavia, inicialmente é necessário averiguar o que os autores entendem por trabalho.

Os autores começam sua análise pelo senso comum, segundo o qual o trabalho formal é o único considerado trabalho. Nesta visão, por exemplo, a dona de casa fica excluída da classe trabalhadora. Depois passa à análise do que o trabalho *não é*. Inicialmente o trabalho não é mercadoria, que é a forma que o trabalho assumiu dentro do capitalismo; também não é emprego, ou seja, é preciso considerar trabalho também as atividades que não

estão no campo formal. Nesse sentido, se a tendência observada é de novas relações de trabalho, é necessário que a definição do próprio trabalho deva ser a mais abrangente e próxima da realidade possível.

O que os autores tomam então como definição ou ao menos como idéia apropriada é o que está presente nas várias definições de trabalho: a relação de transformação entre o homem e a natureza, mas não qualquer transformação e sim aquelas que trazem significados e isto não depende do mercado.

No início do século as relações de trabalho foram permeadas pelas características do taylorismo e fordismo. O taylorismo nasce no final do século XIX, a partir das idéias de Frederick Winslow Taylor, que instituiu como base da produção o planejamento, a padronização, a especialização, o controle e a remuneração. A partir dessas premissas, no que diz respeito às relações de trabalho, cada trabalhador deveria se especializar em determinada tarefa e as decisões seriam centradas em determinado grupo, estando alheias a quem de fato executa a atividade.

O fordismo, por sua vez, nasce nos Estados Unidos, no início do século XX. Henry Ford iniciou este modelo de produção que consistia na produção em série. Seu ápice – e sua difusão para outros países – se deu, sobretudo, no período posterior à Segunda Guerra Mundial, entre as décadas de 1950 e 1960. O objetivo era de produzir em larga escala, diminuir assim os preços, produzir num sistema de divisão rígido de trabalho, com o uso da esteira rolante e estimular o consumo em massa. Como conseqüência o trabalhador perdeu aos poucos a noção do conjunto, perdendo também a noção de significado de seu trabalho.

Tanto no taylorismo como no fordismo, o trabalhador é separado do produto, executando uma atividade específica do conjunto e sem participação no planejamento e nos processos decisórios. As relações de trabalho, durante o século passado caminharam nessa direção e ainda hoje existe muito deste pensamento na linha de produção. O emprego passa a ser uma situação desconfortável para o trabalhador, isto é, quando ele existe.

Entretanto, as relações de trabalho começam a tomar novos rumos. Se um trabalhador conhece todo o processo, sabe para que serve a peça, por exemplo, que está montando e quais os danos que um erro seu pode causar, certamente se comprometerá mais com seu trabalho.

Codo, Andrade e Tamayo (1998) entrevêm essas novas tendências nas relações de trabalho, a partir de mudanças que, a seu ver, estão acontecendo em vários campos ligados ao trabalho: no campo econômico, onde o setor de serviços aumenta também em decorrência do desemprego, o processo de terceirização que faz com que a atividade considerada secundária numa empresa seja a principal na empresa terceirizada contratada, o que acarreta maior envolvimento do trabalhador nela e ainda a diminuição das empresas ou sua subdivisão em unidades autônomas que, em se tratando de unidades menores, permite uma maior acessibilidade ao trabalhador, estando este mais próximo das metas e decisões. Depois, no campo organizacional a tendência, sempre segundo este autor, é que cargos de supervisão sejam cada vez menos necessários, que ao invés deles, os trabalhadores sejam chefes de si mesmos, os horários sejam flexibilizados e trabalhadores participem e se comprometam mais com a empresa.

Por fim, as mudanças no campo do trabalho e em relação ao trabalhador. Os autores afirmam que nos tempos atuais a força fica em segundo plano, pois a tecnologia faz essa parte e ao trabalhador é requerido o comprometimento já citado, o dinamismo em realizar várias tarefas, poucas pessoas, mas interligadas sobretudo pela Internet. Em suma, não é mais necessária tanta força física, mas participação, envolvimento, cooperação, formação de equipe, comprometimento, entre tantos outros requisitos que surgem a cada dia. Certamente o autor faz ressalvas quanto às suas afirmações, pois este é um processo que como pesquisador está entrevendo e que existe já em algumas empresas, umas mais outras menos. A mudança está em formação e se faz necessária. O trabalhador almeja recuperar o significado de seu trabalho.

Em meio a esse panorama de desemprego e de mudanças nas relações de trabalho, emerge um movimento que pode significar uma alternativa para o desemprego e uma materialização das novas tendências das relações de trabalho que será a seguir melhor apresentado: o movimento da Economia Solidária.

3. A ECONOMIA SOLIDÁRIA

A Economia Solidária (ES) é um conceito ainda em construção. Alguns autores apresentam a ES de forma distinta, variando um pouco acerca do seu conceito ou enfatizando-o de modo diferenciado. Para a realização deste trabalho, todavia, apesar de apresentar essas diversas formas de ES apresentada por alguns autores, uma de modo específico será tomada como parâmetro: o cooperativismo, que é visto por Paul Singer (2002) como a forma mais forte de manifestação da Economia Solidária.

Segundo Gutierrez (2003), A ES é um movimento de natureza política que nasce da insatisfação de certos grupos com relação às formas mais comuns de organização do trabalho presentes no sistema capitalista. França Filho (2003, p.13) conceitua a ES como sendo “uma série de experiências organizacionais inscritas numa dinâmica atual em torno das chamadas novas formas de solidariedade”, constituindo uma busca de novas formas de regulação da sociedade. Segundo este mesmo autor, a ES não constitui um terceiro setor, mas uma forma de economia que interage com as formas econômicas dominantes, ou seja, o Estado e o mercado a fim de elaborar “arranjos particulares de princípios econômicos diversos, objetivando subordinar a lógica mercantil a outros imperativos da ação organizacional ou coletiva” (FRANÇA FILHO, 2003, p.17). A ES não tem, portanto, a intenção de assumir o papel do Estado; objetiva, ao invés, perseguir seus propósitos de forma articulada com o setor público e também com o mercado.

Várias são as formas nas quais a ES se materializa. Também este conceito varia entre os autores. Para Singer (2003) a economia solidária é um conceito que inclui organizações, produtores, consumidores, poupadores e outros, que se diferenciam basicamente por duas características: solidariedade entre os integrantes através da prática da autogestão e solidariedade perante os trabalhadores em geral e pessoas socialmente excluídas. Singer (2002) ainda destaca o cooperativismo como sendo uma das principais concretizações da ES. E o mesmo autor, em outra obra, reforça este conceito dizendo que “a unidade típica da Economia Solidária é a cooperativa de produção” (SINGER. In: SINGER; SOUZA, 2000) e ainda em uma terceira obra cita também como forma de ES o LETS¹ (SINGER, 2000). França Filho (2003), por sua vez, elenca entre as formas de ES, iniciativas como o comércio justo, o empreendedorismo social, as empresas sociais, a economia sem dinheiro e a finança solidária. Gaiger et al (1999) aponta outras iniciativas como ES, tais como a autogestão e as instituições comunitárias de crédito. A partir dessas diversas óticas, entende-se a razão pela qual também a questão origem da ES apresenta alguns pontos de vista controversos, sendo remetida desde poucos anos atrás até o século XIX.

Em um estudo interdisciplinar, possivelmente, encontrar-se-iam inúmeras fundamentações, explicações científicas e filosóficas sobre fenômenos como os movimentos do cooperativismo e da economia solidária. Áreas de conhecimento como a ciências sociais antropologia, história e a economia certamente se colheriam boas contribuições na busca por compreender tais fenômenos. Mas um marco histórico decisivo sobre o qual é possível entender de maneira lúcida o cooperativismo e a própria economia solidária remonta ao século 19 no ápice da Revolução Industrial ao longo do século 20, em um cenário onde o capitalismo ganhava cada vez mais força.

A economia solidária, atualmente espalhada por diversos países tem como principal antecedente histórico o cooperativismo operário nascido como reação e resistência ao processo da revolução industrial e aos efeitos do capitalismo, dadas condições de miséria e escravidão com que viviam milhares de trabalhadores no período. O cooperativismo operário tem como um de seus principais precursores Robert Owen (1771-1859), uma das figuras, a quem se atribui um dos papéis mais importantes na criação do movimento socialista. Contemporâneos a Owen, compo o grupo dos chamados socialistas utópicos, outras figuras importantes são Charles Fourier (1772-1827) e Claude-Henry de Rouvroy, conde de Saint Simon (1760-1825) que foram importantes na construção intelectual socialista. Mas é a Owen que se confere as primeiras iniciativas que levaram à práxis o pensamento socialista até então construído (SINGER, 2003).

De fato, Singer (2002) remete o início da ES como sendo pouco depois do capitalismo industrial na Grã-Bretanha, pela influência dos socialistas utópicos, entre eles Owen, Fourier, Buchez e Proudhon, justamente pela onda de desemprego que a industrialização causou na época. Em meio à exploração dos trabalhadores pelos industriais, alguns dos próprios industriais tiveram uma visão diferenciada de lidar com os trabalhadores, como Robert Owen. Ele decidiu limitar a jornada de trabalho de seus operários e passou a não aceitar crianças trabalhando, mas as incentivou a estudarem. Esse seu modo de gerir sua indústria lhe trouxe também maior lucratividade, pois aumentou a produtividade.

Após a Revolução Francesa, a condição de pobreza das pessoas na Grã-Bretanha agravou-se. Owen apresentou então ao governo um plano que consistia em conceder terras para que as pessoas que se encontrassem desempregadas pudessem formar aldeias e tirar dali o próprio sustento e o excedente poderia ser trocado com outras aldeias. O governo negou-se a implantar este projeto. Owen em 1825 transferiu-se para os Estados Unidos onde suas idéias também não obtiveram êxito. Retornou, então, à Inglaterra em 1829. Neste período em que esteve ausente de seu país, todavia, o sindicalismo e o cooperativismo começaram a ser colocados em prática por discípulos seus. Singer aponta como a primeira cooperativa owenista, uma datada de 1821, de jornalistas. Outros autores, todavia, remetem o início do cooperativismo a 1844 com os chamados *pioneiros de Rochdale* – 28 tecelões de uma pequena cidade da Inglaterra, chamada Rochdale, que se juntaram e formaram uma sociedade cooperativa. Entretanto, mesmo tendo sido a experiência dos *pioneiros* um marco para o

cooperativismo, admite-se que o pensamento cooperativista tenha surgido anteriormente a este fato (RIQUE, 2001).

Owen teve ainda uma série de participações na busca de formas alternativas para a situação da época. Criou em 1932 a Bolsa Nacional de Trabalho Equitativo², que consistia em um mercado onde os cooperados pudessem trocar seus produtos mediante uma moeda específica: as horas de trabalho, inspirado na crítica marxista ao capitalismo. Neste período o movimento sindical tomou força, mas também foi boicotado pelos industriais. Enfim, a origem histórica do cooperativismo gira em torno das origens do cooperativismo, segundo Singer (2002). Dada que esta é a visão adotada a respeito da ES no presente artigo, é fundamental conhecer os princípios que regem o cooperativismo.

A partir de idéias oriundas sobretudo dos movimentos cartista o owenista, que se caracterizavam como socialistas utópicos, os pioneiros de Rochdale articularam alguns princípios básicos que teriam o papel de reger este novo modo de organização do trabalho, inicialmente através da criação de uma cooperativa de consumo. Eram eles: “1. controle democrático, um sócio, um voto; 2. adesão aberta de novos membros no mesmo pé de igualdade dos antigos; 3. juros limitados ou fixados sobre o capital subscrito; 4. distribuição de parte do excedente proporcional às compras; 5. vendas à vista, sem crediário; 6. venda só de produtos puros, não adulterados; 7. neutralidade política e religiosa.

O movimento cooperativo começa então a se estruturar. A fundação da Aliança Cooperativa Internacional (ACI) foi um marco da busca pela unidade deste movimento e a partir dela foram modificados os princípios cooperativos, que passaram a visar a competitividade dessas organizações, considerando ser as cooperativas empresas e associações ao mesmo tempo. São eles: 1. adesão livre e voluntária; 2. controle democrático pelos sócios; participação econômica do sócio; a autonomia e independência; educação, treinamento e informação; cooperação entre cooperativas e preocupação com a comunidade. Mesmo com esta perspectiva de mercado, os princípios baseavam-se nos valores da equidade e solidariedade (BERNARDO-ROCHA, 1999).

Apesar de, em alguns pontos, a evolução do cooperativismo e da economia solidária não ser comum, seus antecedentes históricos são convergentes e apresentam vários pontos de intersecção ao longo da história. Percebe-se, entretanto, que se por um lado a experiência primitiva de cooperativismo reunia em si mesma os pressupostos do que mais tarde denominou-se de economia solidária, por outro, ao longo dos anos, ajustando-se ao capitalismo, muitas cooperativas assumiram uma conotação de empresa tradicional, o que nega suas origens.

O surgimento do cooperativismo aponta muito mais para uma reação às péssimas condições e exploração dos trabalhadores, do que para uma intenção deliberada de construir um outro modelo econômico que fosse alternativo. Os princípios ideológicos fundantes na construção e consolidação do cooperativismo funcionaram como uma espécie de reparação das injustiças sociais próprias da concentração de riquezas e da situação de exploração do indivíduo. A idéia de cooperação versus competição ou exploração do outro, mostra o antagonismo presente na relação entre o primeiro movimento cooperativista e a lógica econômica do capitalismo. Enquanto a propriedade individual e a acumulação estão no cerne da economia capitalista, a propriedade coletiva ou associada são elementos próprios da economia solidária e do cooperativismo. Singer (2002) comenta que seria justo atribuir à origem histórica da economia solidária o nome de cooperativismo revolucionário, pois o vigor deste possibilitou a junção e associação entre os discursos da classe operária e do socialismo com a economia solidária.

Apesar de Singer remeter a origem da ES à Owen e aos demais autores denominados socialistas utópicos, ele vê a ES como sendo não o fruto da criação intelectual de alguém, mas, segundo Singer e Souza (2000, p.13) “a Economia Solidária é uma criação em processo contínuo de trabalhadores contra o capitalismo”. O que a ES condena no capitalismo, na visão do autor, é a ditadura do capital da empresa, que dá ao empresário o direito de tomar atitudes segundo sua vontade mesmo se em detrimento do trabalhador e de seu emprego.

Todavia, embora se insurja como um movimento alternativo, é importante observar que a economia solidária nasce e está inserida no âmbito do capitalismo, resguardando o direito à liberdade individual. Assim, *a priori*, não seria uma relação de forças institucionalmente opostas, comuns, por exemplo, nos discursos entre capitalistas e socialistas. A economia solidária pode então, em alguns casos, ser compreendida como sendo intersticial ao sistema vigente, ou apenas se constituir como um modo de proporcionar uma recomposição ou inclusão econômica e social. Entretanto, como já mencionado, a economia solidária como movimento alternativo compreende um conjunto de características e propósitos que se mostram, de modo coeso, incompatíveis e até intransigentes ao capitalismo. É mais comum entre adeptos da economia solidária falar-se

em gestão democrática e autogestão que em heterogestão, em retiradas que em salários, em divisão das sobras que em divisão dos lucros, e em livre iniciativa que em recrutamento e seleção de pessoal (SINGER, 2002).

Ainda no exercício reflexivo para compreensão do surgimento das iniciativas populares de cooperação, é necessário considerar que o ambiente no qual se iniciam estes movimentos sociais é marcado por discursos e atitudes que denunciam os abusos da revolução industrial do século 19 e reclamam por melhores condições de trabalho de sobrevivência digna. Segundo Cattani (2003) estes movimentos podem ser compreendidos como um processo de emancipação social. Para o autor a emancipação social abrange processos materiais como a “auto-emancipação proletária, autogoverno, socialismo, sociedade autogerida, sociedade dos produtores e sociedade de produtores livremente associados” (CATTANI, 2003, p. 130).

No Brasil, a ES começou a surgir na década de 1980, tomando força maior a partir de meados da década de 1990. Também aqui o que a impulsionou foi a crise do desemprego em massa da época e que se estende até hoje. A partir daí surgiram várias entidades civis com o objetivo de fomentar e apoiar a organização de trabalhadores em empreendimentos solidários. Entre elas encontra-se a Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária (Anteag); o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); a Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS); a Unisol, uma iniciativa dos Sindicatos dos Trabalhadores em Indústrias Metalúrgicas e em Indústrias Químicas, do ABC Paulista, que tem cooperativas filiadas; as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs), que são entidades universitárias que se dedicam em incubar cooperativas, sobretudo as que se encontram em comunidades pobres; também neste meio está a Unitrabalho que tem como objetivo a parceria entre a comunidade acadêmica e a sociedade, entre tantas outras.

Todas elas agem com o intuito de fomentar e apoiar empreendimentos solidários. De fato, as iniciativas consideradas de ES são aquelas promovidas por pessoas desprovidas dos meios de produção que possuem sua capacidade de trabalhar e dependem de sua venda, juntamente com os possuidores de meios individuais de produção e distribuição que dependem da venda de seus produtos. Estes dois grupos se associam entre si tendo como base alguns princípios e essas são iniciativas consideradas não-capitalistas (SINGER. In: SINGER; SOUZA, 2000). Para que o empreendimento vá avante, entretanto, é necessário muitas vezes que essas pessoas tenham apoio e preparo, que é justamente o que essas entidades oferecem.

A evolução da Economia Solidária no Brasil se justifica também pelo agravamento de problemas sociais como desemprego em massa e o alastramento da pobreza. Segundo Singer (2002), com o advento do século vinte, à medida que a classe operária avançou na conquista de alguns direitos, passou mais a defendê-los que lutar por um processo emancipatório e isto resultou em um desinteresse pela economia solidária e na prática do assalariamento em algumas cooperativas. Entretanto na década de setenta com a chegada do desemprego em massa, este processo sofreu novas mudanças com um ressurgimento e fortalecimento da Economia Solidária. Deste modo, novamente, através das contradições do capitalismo foram oportunizadas novas iniciativas de economia alternativa. Inclusive, sobre isto Singer (2002) defende que a economia solidária precisa criar sua própria dinâmica, a fim de que não esteja somente desenhada a partir das lacunas deixadas pelo capital. Para tanto, o autor defende que haveria necessidade de um isolamento econômico que constituiria uma economia auto-suficiente e o consumo solidário, como um modo de predileção e fidelidade ao consumo de produtos e serviços proveniente de empreendimentos solidários.

Além do capitalismo e do liberalismo econômico é preciso considerar o fenômeno atual da globalização em seu todo e verificar que seus desdobramentos em todo o mundo guardam relação direta com o processo de emersão da Economia Solidária. Entre os efeitos da globalização no contexto econômico mundial, estão a aparente consolidação do capitalismo e o enfraquecimento e ruína de economias socialistas. Milton Santos (2003) explicando o processo de globalização, comenta sobre a tirania do dinheiro, que estaria relacionada à internacionalização do capital financeiro, onde grandes empresas se servem das reservas financeiras internas dos países em que se instalam, praticando na lógica de mercado vigente a exploração financeira abusiva e desenfreada das economias nacionais. Estas tendências tirânicas próprias desta globalização fundamentariam uma espécie de totalitarismo. A velha concorrência teria dado lugar competitividade que suprimiu todo modo de compaixão e tolerância, onde se tenta a todo e qualquer custo eliminar a concorrência, de maneira obsessiva e frenética, em uma lógica do vale tudo. O consumo torna-se um imperativo, não se fala em cidadão, mas em consumidores.

Consumismo e competitividade levam ao emagrecimento moral e intelectual da pessoa, à redução da personalidade e da visão do mundo, convidando, também, a esquecer a oposição fundamental entre a figura do consumidor e figura do cidadão. É certo que no Brasil tal oposição é menos sentida, porque em nosso país jamais

houve a figura do cidadão. As classes chamadas superiores, incluindo as classes médias, jamais quiseram ser cidadãs; os pobres jamais puderam ser cidadãos (SANTOS, 2003, p. 49-50).

Voltando à questão do cooperativismo e tomado como parâmetro da ES para este trabalho, observa-se que o pensamento cooperativo atual é fruto das reflexões que foram feitas ao longo dos anos, das adaptações necessárias oriundas dessas discussões, dos estudos realizados sobre o tema e ainda tomando formas específicas também nos diversos países. Entretanto, observa-se que, sob o nome de cooperativa, existem muitas iniciativas que não atuam estes princípios e que agem dessa forma pela conveniência de não pagar encargos trabalhistas. Os princípios, a autogestão e a democracia são o que caracterizam as cooperativas como empreendimentos solidários; sua ausência gera outro tipo de organização que não tem a ver com ES (SINGER, 1999). Os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) deveriam ser a intersecção do espírito solidário com o espírito empresarial, contendo em si as características de ambos, ou seja, propriedade comum, cooperação, democracia e autogestão, advindas do espírito solidário e características como gerenciamento, planejamento, capacitação, eficiência e viabilidade econômica, oriundas do espírito empresarial (GAIGER et al, 1999).

As relações de trabalho são de fundamental análise quando se fala em Economia Solidária. Souza (2000) diz que a ES está em evidente expansão e é extremamente promissora, “sobretudo no que se refere a mudanças de qualidade das condições e relações de trabalho”. (SOUZA, 2000, p.7). E ainda: “os relatos indicam que nos empreendimentos solidários vêm ocorrendo outros ganhos, diferentes do econômico em si, tais como auto-estima, identificação com o trabalho e com o grupo produtivo, companheirismo, além de uma noção crescente de autonomia e direitos cidadãos” (SOUZA, 2000, p.10), o que indica que a ES tem um importante papel nas relações de trabalho e na própria vida das pessoas envolvidas.

4. AS RELAÇÕES DE TRABALHO EM UM EMPREENDIMENTO ECONÔMICO SOLIDÁRIO: o caso da COOPERNORTE

4.1 Metodologia

As entrevistas aconteceram de maneira coletiva, utilizando-se da técnica de discussão de grupo. A discussão de grupo está inserida na abordagem qualitativa. O específico do grupo de discussão são as opiniões, relevâncias e valores dos entrevistados (MINAYO, 1998).

Segundo Minayo (1998, p.129), “do ponto de vista operacional, a discussão de grupo (“grupos focais”) se faz em reuniões com um pequeno número de informantes (seis a doze). Geralmente tem a presença de um animador que intervém, tentando focalizar e aprofundar a discussão”. De fato, para a realização do presente trabalho, foi realizada uma discussão de grupo com cinco cooperados da Coopernorte, sendo dois homens e três mulheres, e com a presença de dois animadores. Deste modo, as questões foram lançadas para o grupo de modo que os participantes respondessem espontaneamente, ou seja, tendo sido colocadas de maneira coletiva, as perguntas foram respondidas primeiro por aqueles que tomaram a iniciativa de fazê-lo. Em alguns momentos os animadores direcionavam a pergunta para alguma pessoa em específico, geralmente os que se mantinham mais calados.

A escolha desta estratégia de coleta de dados foi devido a uma das razões apontadas por Minayo (1998, p. 129): “complementar informações sobre conhecimentos peculiares a um grupo em relação a crenças, atitudes e percepções”. Com base no objetivo do trabalho e nas variáveis extraídas da construção teórica, algumas perguntas foram elaboradas, mas foram colocadas sem uma ordem precisa, conforme emergiam os assuntos.

4.2 A Coopernorte

As cooperativas de lixo reciclável da cidade de Maringá surgiram a partir de uma iniciativa da Prefeitura Municipal de Maringá em 2001. O objetivo daquela gestão foi o de desocupar e desativar o chamado lixão, que existia há décadas. A desocupação do local teve respaldo judicial, mas teve também a resistência dos catadores, que viviam dessa atividade e até mesmo moravam ali em barracos durante a semana. Além disso, outro fato chamou a atenção: mais de cinquenta crianças viviam no lixão.

O processo de desocupação, além de contar com o esforço conjunto de várias Secretarias do Município, teve como condição por parte dos catadores a garantia de que teriam condições mínimas de trabalho. Sendo assim, partiu da prefeitura a proposta da formação de cooperativas (RELATÓRIO..., 2005).

A Coopernorte – Cooperativa Norte de Maringá de Separadores e Separadoras de Materiais Recicláveis e Prestação de Serviços – foi a terceira cooperativa criada, composta pelas pessoas mais resistentes em abandonar o lixão. A cooperativa teve o início de suas atividades em março de 2003, obtendo registro em janeiro de 2004. Ela foi constituída no local em que se encontrava um maquinário de separação da prefeitura que não estava

sendo utilizado. Embora esteja localizada na cidade de Maringá, a Coopernorte é composta também por moradores de Paiçandu e Sarandi (RELATÓRIO..., 2005).

Desde o início o sistema de trabalho na cooperativa era organizado da seguinte forma: a prefeitura mandava os caminhões de lixo bruto, descarregava num galpão do qual o lixo caía na esteira e ali ficavam os cooperados separando o material reciclável do lixo bruto. Era um sistema de trabalho difícil, mas que garantia o sustento dos cooperados. A rotina, entretanto, foi alterada em dezembro de 2005, quando, devido a questões ambientais, a prefeitura suspendeu o envio dos caminhões de lixo bruto, e desde então os cooperados fazem a busca por materiais recicláveis por conta própria nos bairros da cidade, para que não lhes faltem material para trabalharem. Inicialmente a cooperativa obteve muitos adeptos: logo que começaram as atividades, os cooperados eram em torno de noventa, mas ao longo dos anos o número baixou para quinze pessoas.

4.3 As relações de trabalho na Coopernorte

Na entrevista realizada com cinco cooperados da Coopernorte observou-se alguns aspectos das relações de trabalho no interior da cooperativa. Inicialmente vale lembrar que todos os seus cooperados encontram ali uma solução para o desemprego e para as condições de trabalho difíceis que viviam quando trabalhavam no lixão. A falta de acesso à educação formal, oriunda de histórias de pobreza e privações, fez com que a dificuldade econômica perdurasse ao longo da vida dessas pessoas.

Sandra aponta em seu relato:

Eu não tenho estudo, precisei começar a trabalhar muito nova, cuidar dos meus irmãos pequenos, minha mãe não teve condições de dar estudo pra gente, cheguei nesse ponto, não queria ter chegado nesse ponto, queria trabalhar numa coisa melhor, mas como não tive estudo nem nada, vim trabalhar aqui, mas to contente.

E Antonio: “eu já andei bastante atrás de serviço, pela minha idade é mais difícil arrumar serviço, aí eu fui pro lixão fiquei lá uns 5 anos, aí eu vim pra cá”.

O fato de trabalhar com lixo, apesar de ser de difícil adaptação, sobretudo no começo, é visto como uma atividade como outra qualquer, como o trabalho em uma empresa comum. “Preta” conta como foi seu início nessa atividade: “no começo eu não queria mexer, eu tinha um pouco de nojo no começo, mas aí eu comecei a mexer, gostei e to aqui e é uma forma de ganhar dinheiro”.

E Antonio acrescenta que mexer com lixo hoje é como trabalhar para uma empresa, ou seja, existe a forma de separar o material, de prensá-los, depois cada material tem seu preço, enfim, é uma atividade como qualquer outra.

A Cooperativa foi a maneira que encontraram de sair do lixão, dada as condições de trabalho que ali eram muito difíceis. Sebastião a respeito do lixão diz: “lá é ruim, lá em dia de chuva Deus me livre, prefiro aqui do que lá”. Quando as pessoas deixam a cooperativa por alguma razão, há a necessidade de reuniões e votação para que a pessoa possa voltar.

A respeito deste caráter democrático da cooperativa, Antonio diz que nem todos os cooperados participam das reuniões. Existe um conselho que toma as decisões. Dependendo do que se tem que resolver, abre-se a reunião também aos demais cooperados e se não houver acordo, parte-se para a votação, voto sigiloso, com fiscais e a decisão da maioria é então respeitada por todos. Existem também reuniões fora de Maringá, para resolver questões que envolvem também outras partes. Neste caso vai um representante, destes alguns trazem para os cooperados o que foi discutido lá e outros não.

Apesar da existência de um conselho e de pessoas que ajudam na organização das tarefas, não existem na cooperativa cargos de supervisão. Os cooperados sentem-se chefes de si mesmos e o presidente da Coopernorte, as pessoas que ajudam na administração e os membros do conselho trabalham como todos os outros, na separação do material, nas prensas, como relatou Sandra, “todo mundo coloca a mão na massa, todo mundo trabalha igual” e “Preta” acrescentou: “a gente não ia aceitar também não”. Observa-se, de fato, que os cooperados são conscientes de como deve ser a cooperativa, sem exploração, portanto, de um para com o outro, e sem diferenças de cargos e funções que os afaste uns dos outros. De comum acordo existem algumas tarefas diferenciadas, por exemplo, na prensa trabalham somente os homens, por ser um trabalho que exige muita força física.

Ao serem questionados sobre o significado do trabalho para eles, disseram que, além de ser a maneira de conseguir o sustento próprio e da família, foi um meio de encontrar amigos, de fato, disseram sentir-se uma família no interior do grupo.

Alguns dos entrevistados pensaram em sair da cooperativa, mas a amizade existente no grupo os motivaram a permanecer. “Preta” foi um destes casos, ela acrescentou em sua resposta: “eu discuto bastante, mas eu me sinto feliz em trabalhar aqui, quando eu não venho eu sinto falta”. Outra razão pela qual este grupo decidiu permanecer na Coopernorte apesar de toda a dificuldade vivida, é a identidade. O grupo se identifica com este empreendimento, encontra ali algo que faz parte dele, algo que vai além da questão financeira. Nas palavras de Antonio: “eu gosto de trabalhar aqui. Prefiro aqui do que no lixão. Agora eu to no prejuízo. Eu to ganhando menos mas eu vou ficar aqui porque eu quero ver (...) onde isso vai dar. (...) A coopernorte não pode morrer”. E “Preta”: “eu acho que não deve morrer também porque no começo foi difícil também, depois levantou. Nós tem que lutar e conseguir erguer de novo”.

4.4 Análise

Trabalhar com o lixo reciclável, primeiramente no lixão e agora na cooperativa, foi a forma que os cooperados da Coopernorte encontraram de trabalhar, dado que a empregabilidade dessas pessoas foi comprometida pelo próprio histórico de vida, de pobreza, de necessidade de trabalhar cedo e não poder assim freqüentar uma escola. As dificuldades que estas pessoas encontraram ao longo da vida são oriundas da própria condição que lhes foi dada desde a infância.

Na Coopernorte existem representantes dos cooperados que participam das reuniões – o conselho – e que representam a cooperativa também junto a outras cooperativas e organizações. Quando a decisão a ser tomada exige, todos os cooperados são convocados e é realizada a votação, no sistema de voto secreto, com a presença de dois fiscais eleitos por eles.

Apesar da existência de um presidente e de um conselho, que está ligado também às questões administrativas, todos os membros do conselho, inclusive o presidente, trabalham como todos os outros, no dia-a-dia com a separação do material. Não existem cargos de supervisão, existe somente uma pessoa que organiza a divisão das tarefas, mas que também trabalha como os outros. Todos trabalham em tudo, exceto tarefas que exigem maior força física que são atribuídas aos homens. Os horários de trabalho foram estipulados em comum acordo e todos o cumprem.

Devido à falta de recursos e à natureza da atividade, o trabalho é praticamente todo manual. Existe uma esteira que ajuda na distribuição do lixo para que seja separado. Uma máquina foi adquirida para triturar o pet, o que agrega valor no material. Entretanto, essa máquina encontra-se desativada por falta de verba para instalá-la – em torno de trinta mil reais.

Por fim, observou-se entre os cooperados um envolvimento com a cooperativa, que sentem serem deles. Eles se identificam com aquele grupo, formam uma equipe e lutam para que a cooperativa permaneça ativa, não obstante a natureza dura da atividade. O comprometimento dos cooperados e a participação são decorrentes, sobretudo, do significado que essas pessoas descobriram em seu trabalho e isto as motiva.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O surgimento da Economia Solidária está diretamente ligado à problemática do desemprego. A Coopernorte, que se caracteriza como um empreendimento econômico solidário, é um exemplo claro disso. Embora esses cooperados estivessem inseridos anteriormente numa atividade, ainda que informal, eles encontraram na cooperativa melhores condições de trabalho, uma vez que trabalhavam no lixão da cidade anteriormente.

Em última análise, todavia, o que os levou até lá foi o desemprego, uma vez que uma questão que emergiu da discussão de grupo foi que a opção de trabalhar no lixão foi a última alternativa das pessoas entrevistadas.

Em meio a toda a problemática do desemprego, observa-se que as relações de trabalho também estão seguindo novas tendências. Codo, Andrade e Tamayo (1998) entrevêem essas novas tendências que podem ser resumidas em: participação, comprometimento, envolvimento, formação de equipe, dinamismo em realizar várias tarefas, tecnologia fazendo a parte da força física, significado do próprio trabalho e identidade.

A Economia Solidária emerge no Brasil em meio a este contexto: problemática do desemprego e tendências de novas relações de trabalho. Já nos princípios da Economia Solidária estavam previstas algumas dessas tendências, como a participação, o comprometimento e a solidariedade – que se aplica na questão trabalho em equipe.

O estudo realizado em um empreendimento solidário da cidade de Maringá, a Coopernorte, mostrou que essas tendências se verificam ali, umas mais outras menos, devido também à situação econômica precária em que vive

um empreendimento como essa cooperativa de separadores de material reciclável. Um exemplo disso é questão da tendência da tecnologia exercendo o papel da força física. Isso praticamente não acontece dentro da cooperativa, primeiramente pela natureza da atividade que exige um trabalho manual e depois pela própria falta de recursos para a realização de investimentos.

Por outro lado, a participação, o comprometimento e o trabalho em equipe são notórios no interior do empreendimento. O próprio fato de que as pessoas participam das decisões geram nelas maior comprometimento com a cooperativa. Isso é fruto também da identidade que esta nova maneira de ser organizar trouxe a essas pessoas: sentem a Coopernorte como própria e lutam, individualmente e em conjunto, para que ela prospere, permanecendo ali inclusive em períodos de extrema dificuldade.

Cumprindo o objetivo do presente artigo, nota-se que empreendimentos econômicos solidários, como o caso da Coopernorte, possuem uma forma própria de relações de trabalho, baseada na necessidade de subsistência associada aos princípios do cooperativismo e da Economia Solidária. Há uma organização em termos administrativos, sem que isso caracterize algum tipo de comando ou hierarquia. Além disso, foi possível perceber nas pessoas entrevistadas que estas encontraram nesta forma de organizar o trabalho um significado para aquilo que fazem. Buscam apoio da universidade, almejam este conhecimento e lutam junto aos órgãos públicos para continuar a proposta de desocupação do lixo.

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (Orgs.). **Pós neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998. p. 9-23.
- BERNARDO-ROCHA. Eliza Emília Rezende. **O cooperativismo agrícola em transição**. Campinas: IE/UNICAMP, 1999 (tese de doutorado).
- CATTANI, Antonio David. Emancipação social. In: CATTANI, Antonio David (org). **A outra economia**. São Paulo: Veraz: 2003.
- CODO, W.; ANDRADE, J. & TAMAYO, A. (orgs). Trabalho, organizações e cultura. Cooperativa de autores associados, 1998, p. 21-47.
- FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. A temática da Economia Solidária e suas implicações originais para o campo dos estudos organizacionais. **RAP - Revista de Administração Pública**. FGV, 37(1): 11-31, jan. /fev., 2003.
- GAIGER, Luiz Inácio Germany et al. A Economia Solidária no RS: viabilidade e perspectivas. **Movimentos sociais e cultura**. Ano 10, n.15, Unisinos, 1999.
- GUTIERREZ, Gustavo L. Economia Solidária: de movimento político à política de Estado. In: VII Encontro Nacional de Estudos do Trabalho. São Paulo, 2003. **Anais...**
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo-Rio de Janeiro: Hucitec-Abrasco, 1998.
- RELATÓRIO DA UNITRABRALHO. Maringá, 2005.
- RIQUE, Monica. Os pioneiros de Rochdale e os princípios do cooperativismo. In: **História da Economia Solidária**. São Paulo: CUT/USP/UNITRABALHO, 2001.
- SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 10 ed. São Paulo: Record, 2003.
- SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: companhia das letras, 2000.
- SINGER, Paul. Possibilidades da Economia Solidária no Brasil. In: **Sindicalismo e Economia Solidária**. ADS/CUT, 1999.
- _____. **Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas**. São Paulo: Contexto, 2000.
- _____. Economia Solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de (Orgs.). **Economia Solidária no Brasil: a autogestão como proposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000. p.11-28.
- _____. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.
- _____. Economia solidária. In: CATTANI, Antonio David (org). **A outra economia**. São Paulo: Veraz: 2003.

¹ Local Employment and Trading System – Sistema Local de Emprego e Comércio. Consiste na troca de produtos entre produtores de um mesmo espaço geográfico, por meio de um sistema de crédito mútuo.

² National Equitable Labour Exchange.